



Mário Abrantes
mariowabrantes@hotmail.com

O lado oculto da Terra

Uma organização não governamental creditada em cerca de 100 países e fundada em Inglaterra nos anos 40 do século passado, a Oxfam (Comité de Oxford de Combate à Fome), publicou o seu relatório anual imediatamente antes da realização do Fórum Económico Mundial de Davos (o clube dos ricos e poderosos deste mundo), em 21 de janeiro transato.

Este relatório, intitulado “Bem Público ou Riqueza Privada”, traça uma negra pista de acumulação de riqueza pelos já ricos e poderosos, e de um paralelo crescimento (mais 11%) e acentuação da pobreza, ao nível mundial.

Durante o ano que passou, a riqueza dos multimilionários do planeta aumentou a um ritmo de 2,2 mil milhões de euros por dia e a taxa média dos impostos que pagaram caiu para cerca de 34%, percentagem que tem vindo a baixar desde 1970, quando estava nos 62%. Em 2018, de dois em dois dias, nasceu um novo multimilionário. Desde a crise económica de 2008, o número de multimilionários quase duplicou (como se sabe, o mesmo aconteceu em Portugal). Ou seja, foi uma crise para muitos, mas não para todos...

Se em 2017 eram 44, em 2018 bastava juntar as fortunas de apenas 26 humanos, de entre os mais ricos, para elas igualarem a “riqueza” da metade menos rica do mundo, isto é, de 3,8 biliões de outros humanos. Em 2018 estes últimos perderam por dia 440 milhões de euros dos seus rendimentos.

Segundo a Oxfam os governos deveriam promover mudanças reais garantindo que corporações, grupos económicos e indivíduos ricos sejam chamados a pagar a sua justa parte dos impostos para serem aplicados em saúde e educação (gratuitas) que atendam às necessidades de todos. Por exemplo, aumentar a carga tributária dos 1% mais ricos do mundo em 0,5% pagaria a educação de 262 milhões de crianças e forneceria assistência médica para salvar a vida de 3,3 milhões de pessoas. Nesta linha, em Portugal houve partidos políticos (o PCP e o BE) que propuseram para o OGE de 2019 aumentar a derrama estadual a cerca de 120 empresas com lucros acima dos 20 milhões de euros, e aplicar uma sobretaxa de 1,5% do IMI a cerca de 400 grandes proprietários do setor imobiliário com um valor de mais de 1,5 milhões de euros. A segunda proposta, contrariando a regra da rejeição deste tipo de medidas pelos governos tanto do PSD/CDS como do PS, desta vez foi aceite.

É o desequilíbrio na distribuição da riqueza e a regra dessa rejeição pela maioria dos governos (tanto nos países mais desenvolvidos como nos neocolonizados) de impor aos seus maiores detentores privados a justa tributação da riqueza a favor do bem público que, de forma sistemática, tem servido de suporte à economia mundial atual, criando guerras em lugar de paz, doenças em lugar de saúde, poluição em lugar de ambiente, ignorância em lugar de saber, violência em lugar de segurança, manipulação em lugar de informação.

É o mesmo desequilíbrio que aponta todos os holofotes mundiais para o palco da (hipócrita) “ajuda humanitária” dos EUA à Venezuela, omitindo que os mesmos EUA, por via de múltiplas sanções, provocaram a desestabilização social e económica no país e ameaçam-no com o intervencionismo e o uso da força com vista à usurpação das suas riquezas petrolíferas, e que atira para o lado oculto da Terra, por exemplo, a confrangedora e criminosa ausência de ajuda à crise humanitária por que passa o Iémen, causada por uma guerra e um bloqueio desencadeados pelo regime tenebroso da Arábia Saudita, apoiado pelos EUA e pelas suas armas, que já provocaram desde 2015 a morte pelas balas, pelas bombas, pelas doenças ou pela fome a 85.000 crianças...

Iémen, Sudão do Sul, Ruanda, Honduras, Haiti, Myanmar, Somália, Nigéria e outros tantos. Quem se importa com as crises humanitárias que por lá se vivem? Com as perseguições, a violência, as matanças, a fome, a falta de medicamentos e de assistência médica que por lá acontecem?

Governar por Impulso dos OCS

“Com uma denúncia pública do diretor clínico, três editoriais dos principais jornais de S. Miguel e algumas entrevistas de televisão lá se conseguiu que o secretário da tutela viesse a público apresentar, em muitos poucos dias, um plano para a resolução do problema da falta de camas no dito hospital.”

Por José António Raposo

Começam a ser cada vez mais confrangedoras as reações de diversos governantes, e políticos em geral, às denúncias de erros e insuficiências das políticas públicas sectoriais.

O caso mais recente é o do hospital de Ponta Delgada (HDES).

Com uma denúncia pública do diretor clínico, três editoriais dos principais jornais de S. Miguel e algumas entrevistas de televisão lá se conseguiu que o secretário da tutela viesse a público apresentar, em muitos poucos dias, um plano para a resolução do problema da falta de camas no dito hospital.

Batemos no fundo!

Como se admite que em poucos dias, pela mão direta da tutela, se resolva um problema há muito evidenciado, mas sistematicamente adiado, na ilha de S. Miguel?

Onde estiveram os responsáveis do hospital e dos centros de saúde de este tempo todo?

Onde esteve a tutela? Porque é que é preciso vir o Secretário resolver um problema que é da responsabilidade dos gestores?

A explicação pode ser muito simples! Os gestores não são verdadeiramente gestores. São agentes políticos cuja única função é servir de peões de combate para resguardar a cavalaria dos políticos de primeira linha que só entram em ação depois de preparado o caminho pela raia miúda de pseudo gestores que a isso se prestam.

A consequência desta circunstância é particularmente evidente em S. Miguel, que concentra, pela pura dimensão dos números, valores que, mesmo assim, têm sido ignorados ou relegados para segundo plano, porque há outros fogos a apagar ou clientelas a apaziguar, e graças à passividade da sociedade micaelense e dos seus representantes políticos, de lés a lés do espetro.

Acontece com a insuficiência de camas, acontece com a insuficiência de serviços de atendimento, com a insuficiência de serviços de cirurgia e, corolário ou explicação das insuficiências, com falta de recursos para resolver o problema crónico dos pagamentos em atraso.

Atira-se para os bancos tratar desta doença pegada do governo para uma multiplicidade de agentes enganados.

Nesta matéria a incompetência tem-se manifestado em toda a linha do eixo vertical de comandos.

É sintomático que a tutela não assaques responsabilidades a ninguém exatamente porque os problemas começam lá, na dupla responsabilidade da saúde e das finanças.

A nível nacional iniciou-se, finalmente, mesmo que por razões pouco compreensíveis, um processo de responsabilização dos administradores do banco público por supostas decisões mal fundamentadas e lesivas do interesse público.

E por cá? Vamos a lado algum? O branqueamento de decisões erradas e omissões graves dos políticos não augura grandes mudanças.

Faz-se a gestão da opinião conforme ela vai aparecendo nos OCS em vez de se gerir e apresentar publicamente os bons resultados do trabalho desenvolvido.

É ver o branqueamento político do que se apurou no inquérito do SPER e as reações quer de bancadas de apoio quer do governo, em pura gestão do que poderiam avançar os OCS.

Ainda bem que os OCS lá vão denunciando os erros da governação e as lacunas das oposições.

Mau sinal este, no entanto, porque dá nota muito fraca da governação que nos conduz e do sistema de controlo que devia controlar e prevenir, mas não o faz.

Fevereiro de 2019